

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

WESLEY HANNS CARVALHO MATOS

UM HOMEM DA METRÓPOLE NA ILHA DA MALDIÇÃO

RIO DE JANEIRO

2014

WESLEY HANNS CARVALHO MATOS

UM HOMEM DA METRÓPOLE NA ILHA DA MALDIÇÃO

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Cientista Social.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Myrian Sepúlveda dos Santos (Orientador)

Universidade do Estado do Rio Janeiro

---

Dario de Sousa e Silva Filho

Universidade do Estado do Rio Janeiro

---

Rosane Manhães Prado

Universidade do Estado do Rio Janeiro

Rio de Janeiro

2014

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família. Agradeço especialmente a minha mãe, revolucionária Maria; a minha madrinha Vanda, a maior cientista política que pude conhecer; a minha tia Maritinha, a mais habilidosa antropóloga das rotinas domésticas e das tramas familiares; a meu irmão Warley, sociólogo do conflito que tanto me inspirou nessa minha escolha de carreira.

À minha namorada, por isso tudo que construímos juntos.

A todos os professores que tive a oportunidade de encontrar dentro ou fora das salas da UERJ.

A meus amigos e irmãos que escolhi nesta caminhada, pelo que vocês representam em minha vida.

A meus companheiros de pesquisa na Ilha Grande, por tudo que passamos juntos e pelo nosso desejo de mudança no sistema penal brasileiro.

À minha orientadora Myrian Sepúlveda dos Santos por esses anos de muito trabalho, paciência e amizade.

**OBRIGADO!!!!!!!!!!!!**



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. EXCURSÕES E EXPERIÊNCIAS.....	4
3. O JOVEM FRANÇA E A ILHA.....	8
3.1. NO CONTINENTE .....	10
3.2. CHEGADA À ILHA.....	11
4. PRESOS POLÍTICOS .....	13
4.1. UM TRAIADOR DA NAÇÃO OU UM MÉDICO NA ILHA? .....	16
5. ENTRE O DR. FRANÇA E O DR. BALANÇA.....	20
6. CONCLUSÃO .....	28
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	30
8. ANEXOS .....	31

## 1. INTRODUÇÃO

As instituições carcerárias na Ilha Grande datam do final do século XIX, em 1894, quando a Colônia Correccional de Dois Rios foi criada, até 1994, quando o Instituto Penal Cândido Mendes foi desativado. Nesse mais de um século de existência, as prisões fizeram e fazem parte das lembranças compartilhadas pelos moradores da Ilha Grande. Tanto na praia do Abraão quanto na de Dois Rios, lugares onde se concentrou a maior parte da coleta de informações, antigos moradores narram histórias de harmonia, tranquilidade e também de desespero e aflição vividas durante o período de funcionamento do presídio.

Com a finalidade de resgatar histórias da Ilha Grande, a história de vida de um médico que viveu quase meio século (1943-1991) na Ilha atendendo tanto internos das instituições penais quanto moradores em geral foi colocada como desafio e é o objeto dessa pesquisa. O esforço de recuperar histórias da Ilha através de um personagem que participava diretamente da estrutura administrativa da instituição - seção de saúde -, tendo contato direto tanto com os internos quanto com a equipe dirigente, nos pareceu interessante não só pelo fato de ele fazer parte da história das instituições penais da Ilha Grande, mas pelas narrativas feitas sobre sua figura e também pela trajetória que o fez chegar até a Ilha e permanecer lá até sua morte, em 1991. Diversas entrevistas foram realizadas durante a pesquisa que ao todo completa três anos.<sup>1</sup>

A vida de Oswaldo Riffel França, mais conhecido como Dr. França, é contada através da memória daqueles que com ele conviveram. As fontes de documentos privados e oficiais, jornais e revistas, bem como livros de memórias de pessoas que passaram pela Ilha, também nos ajudaram a contextualizar o processo pelo qual possibilitou Oswaldo Riffel França chegar do continente à Ilha como preso político e também o processo pelo qual possibilitou sua quase automática “promoção” a médico da Ilha. Desse modo, tentamos perceber a construção dessa trajetória de vida antes e depois de chegar à Ilha Grande através de uma abordagem qualitativa, em que foram

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido com o apoio da Bolsa PIBIC/UERJ, entre 2010 e 2013, e como parte do projeto de pesquisa “História e Memória dos Cárceres da Ilha Grande”, coordenada pela profa. Myrian Sepulveda dos Santos.

realizadas muitas entrevistas, e pesquisas históricas, uma vez que foi realizada buscas em documentos de época.

Alguns autores clássicos trabalharam, cada um a seu modo, com temas vinculados ao cárcere. Erving Goffman escreveu o livro *Manicômios, Prisões e Conventos* (Goffman, 2010) para falar das opressões ocorridas dentro de instituições que ele denominou de totais, isto é, instituições que supostamente os indivíduos estão submetidos, em todas as dimensões de sua vida como lazer, trabalho, acesso à comida, a equipe dirigente do recinto. Outro trabalho de Goffman importante para quem estuda o sistema carcerário é o livro *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (Goffman, 2008), cuja ideia central é falar sobre a margem de agência que o sujeito possui dentro de um processo de essencialização e congelamento de certas características consideradas negativas em uma dada comunidade. Esses são aspectos que foram identificados por nós ao longo da pesquisa, pois de uma forma ou de outra, tanto presos, como funcionários que estiveram vinculados a “Dois Rios” carregam com eles uma marca, um distintivo, que talvez explique a opção por continuarem a morar em Dois Rios, mesmo após a implosão do presídio e do recrudescimento das dificuldades decorrentes da falta de comunicação da Vila com o continente.

Michel Foucault, por outro lado, em obra que se tornou clássica, “*Vigiar e Punir*”, buscou perceber como se dava as punições, os controles e a arquitetura de poder instituídos historicamente. O autor comparou as punições que visavam o corpo, a imposição máxima possível de dor, a pena como suplício público, no século XVIII, com as novas formas de se punir, que deixavam de mutilar os corpos e passavam a ser disciplinares. Foucault diz que essas são práticas ainda mais perversas. O panoptico de Bentham foi o modelo clássico do sistema disciplinar, citado por ele, uma vez que apresentava duas diretrizes básicas: o controle centralizado e a prisão celular.

Conforme comentado por Santos, em sua análise sobre o sistema carcerário da Ilha Grande, entre 1894 e 1945:

*O argumento de Foucault é que o espetáculo público da punição deixou de ser necessário porque o Estado se apoderou de mecanismos mais eficientes para controlar e dirigir o comportamento dos indivíduos (...) Outro aspecto bem observado por Foucault diz respeito à associação que passava a ocorrer entre a correção e o trabalho. Para todos aqueles que*

*procuravam reformar o sistema de penas, o trabalho deveria substituir o ócio. Procurava-se separar o trabalho do mal e associá-lo ao bem, à elevação do espírito, à realização dos indivíduos.*

*Temos, portanto, por um lado, a crença iluminista e liberal de que a prisão se transformara em uma casa de correção. (...) Mas temos, por outro lado, a denúncia de Foucault de que a prisão correcional representou apenas um mecanismo de controle mais efetivo sobre os indivíduos. Para ele, a certeza internalizada da punição, e não o espetáculo da retaliação, passou a ser a fórmula adotada para a manutenção da ordem.*

*Em que pesem as diferentes questões que são levantadas sobre as mudanças descritas, os autores apontam unanimemente a passagem dos espetáculos públicos de suplício para a pena privativa de liberdade, a ser cumprida em celas individualizadas e longe da visão do público.<sup>2</sup>*

No Brasil, essas novas formas de punição criadas na Europa se realizaram de maneira diferente. Aqui as instituições liberais conviveram bem durante muito tempo com a escravidão. As penas de mutilação corporal que eram abertas ao público, teriam que ser substituídas por outras e ainda teriam que ser retiradas da visão do público. Nada melhor do que esconder o cumprimento de penas do que realizá-las longe da sociedade, longe do continente, dentro de uma ilha. Assim, a arquitetura de poder das instituições liberais se misturava com práticas de violência e humilhação explícitas.<sup>3</sup>

No que diz respeito à reconstrução da história de vida de um médico do presídio, outro livro de grande estímulo para o desenvolvimento do trabalho foi o das organizadoras Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, intitulado Usos e Abusos da História Oral. Pretende-se aqui perceber como a história pode ser contada através da memória daqueles que a vivenciaram, a partir de suas experiências de vida, de suas trajetórias. Pretende-se assim mostrar como a memória pode ser, se trabalhado de maneira adequada, um canal privilegiado de acesso ao passado.

---

<sup>2</sup> Santos 2009: 37-38.

<sup>3</sup> Santos 2009: 44- 49.

Desse modo, o trabalho foi dividido em cinco partes. A primeira fala de algumas experiências encontradas durante as visitas à Ilha Grande e também aos arquivos institucionais. A segunda fala do jovem França, sua trajetória antes de sua passagem pela Ilha e como se deu sua entrada nela. A terceira parte fala de presos políticos, categoria na qual França também se incluía. A quarta parte tenta falar mais de França em sua profissão, médico das colônias penais, e sua relação com os internos dentro daquele contexto social e histórico. A última parte se dá a conclusão dessa monografia.

## **2. EXCURSÕES E EXPERIÊNCIAS**

Durante um período de mais de três anos fomos à Ilha Grande procurar histórias que até hoje não foram contadas. Dois lugares concentraram nossa atenção, o Abraão, porta de entrada para a Ilha, que antes era o ponto de chegada dos presos e hoje é o ponto de chegada dos turistas que visitam intensamente a Ilha. Muitas foram as dificuldades encontradas durante a pesquisa. Há uma dificuldade enorme em se ter acesso a documentos oficiais referentes ao cárcere, muitos documentos são perdidos e outros demoram muito para ser disponibilizados ao público. Outra dificuldade grande é o acesso à Ilha Grande, sempre vulnerável a condições climáticas que podem prejudicar a conexão, fundamentalmente, até o outro lado da Ilha, em Dois Rios. Tanto as pesquisas em arquivos institucionais quanto as muitas visitas à Ilha me proporcionaram boas e más experiências que contribuíram para meu crescimento profissional. Muitas idas à Ilha foram retribuídas com informações importantíssimas, apresentação a muitas pessoas de nosso trabalho e também do interesse delas em nos ajudar na pesquisa. Em outras idas o sucesso não foi o mesmo, não conseguíamos encontrar as pessoas, estavam no continente ou não queriam participar por diversos motivos. Nos arquivos institucionais se dava a mesma rotina, alternando o sucesso de informações importantes e a falta de dados básicos pela falta de tratamento dos documentos. A paciência e a angústia andaram juntas desde o começo até o fim dessa pesquisa-monografia que perpassou toda minha trajetória como graduando de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

As pessoas entrevistadas falaram com tom saudosista do “tempo do presídio”, da tranquilidade que reinava quando as instituições carcerárias estavam ativas, pois o controle de circulação de pessoas era mais rígido, as pessoas se conheciam, havia uma harmonia na vizinhança que produzia uma sensação de segurança: “Aqui era assim, eram famílias. Família Matoso, Família Cardoso, Fiúza, família não sei que lá... Eram grupos que viviam juntos, igual galinha e seus pintinhos.”<sup>4</sup> Contudo, embora em menor número, encontramos também antigos moradores que se sentiam inseguros com a presença próxima das instituições penais, pois ficavam com medo quando se tinha a notícia, que se espalhava rapidamente, de que haveria “homem no mato”, ou seja, presos em fuga. Para estes, com a chegada do turismo e de um maior contato com o continente, a Ilha ficou muito melhor do que naquele tempo.

O saudosismo é flagrante entre moradores antigos que tiveram relação direta ou indireta com o Instituto Penal, muitos deles ex-funcionários e suas esposas, filhos e parentes.

*Eu vou te dizer uma coisa, eu queria que continuasse o presídio lá e cá. Porque eu não tenho que dizer nada, os presos respeitavam, e quer saber mais, em vista de hoje em dia, aqueles presos da época aqui de quando acabou o presídio era tudo santo.*<sup>5</sup>

À época do presídio, os que tinham relações com as instituições penais da Ilha tinham certo prestígio em relação aos que não tinham. Em uma de nossas entrevistas com uma senhora moradora antiga da Ilha, há um relato de uma dinâmica da vida ordinária que evidencia o prestígio e privilégio daqueles que tinham relações com o presídio era o pessoal “da Vila”, onde havia casas para os funcionários dos presídios e que ainda hoje abrigam ex-funcionários. Fazia parte da rotina um guarda escolher alguns internos para varrer, limpar a parte da Vila, as ruas, os lugares de circulação, ou, até mesmo, fazer faxina dentro das próprias casas dos guardas.

*Enquanto tinham presos lá em cima eles desciam uma turma pra fazer limpeza aqui. Aí a gente arranjava um guarda pra arranjar um preso pra limpar a horta, o quintal. A gente escolhia um e aí o dia que pedia eles*

<sup>4</sup> Entrevista concedida ao autor por D. Nair, antiga moradora do Abraão, em 2012. Acervo do Projeto de Pesquisa Memória e História dos Cárceres da Ilha Grande.

<sup>5</sup> Entrevista concedida ao autor por D. Nair, antiga moradora do Abraão, em 2012. Acervo do Projeto de Pesquisa Memória e História dos Cárceres da Ilha Grande.

*mandavam um. Sr. Gaúcho, era feio pra caramba, se você olhasse pra ele você não tinha coragem de conversar com ele. Fazia, se pedisse, mas daqui do pessoal não! Só da ponte pra lá! Era só da ponte pra lá! Só o que era considerado do presídio. Só casa de funcionários, guardas. Nosso padeiro, leiteiro, o que trazia as verduras lá da colônia eram presos. A gente convivia muito com presos. [Aparece um guaiamum na entrevista]. Os presos faziam todos os serviços. O Sr. Gaúcho fazia todos os serviços lá em casa, aí um dia eu pedi pra ele arrumar o quintal pra eu plantar os negócios lá em casa. Umas couves. Aí ele pegou as ferramentas trouxe e no dia seguinte veio trazer o estrume. [Conta a história da plantação das couves]. As meninas e as vizinhas brincavam muito, aí eu saía e falava pro Sr. Gaúcho tomar conta das meninas, não deixa elas fazerem arte. E ele tomava conta mesmo. Aí ele contou que elas começaram a mexer com ele perguntar o nome dele e ele disse: “Meu nome é Ildo, mas me chamam de Gaúcho.” Aí a mais velha começou a perguntar o nascimento dele e descobriu que ele fazia anos na mesma semana. Aí ela veio me contar: “Mãe, o Sr. Gaúcho faz anos sábado, domingo!” Agora já não me lembro mais. Quando foi no dia ela me lembrou, e aí eu disse: “Vamos fazer um bolo pra ele!” Eu tinha um fogãozinho de querosene, na época nem tinha gás aqui na ilha, menina. Era com tursida, ou então a gente cozinhava com carvão ou lenha. Aí pedi a vizinha o forno dela e botei em cima do meu fogão e fizemos o bolo, que saiu uma porcaria, mas... Botamos um açúcar e elas combinaram e foram tudo pra lá quando ele tava abaixado, cavando, plantando, menina, quase mataram o homem. Ele sentou, e chorou tanto e disse que nunca na vida dele ninguém tinha lembrado do aniversário dele e nem feito bolo pra ele. Ele não tinha nem pai nem mãe, fugiu lá do Rio Grande. Foi pra São Paulo, Rio, passou o conto do vigário, que aprendeu com não sei quem. Você sabe que ele ensinava as minhas filhas a passar conto do vigário? Ele ficava o dia inteiro ensinando essas coisas de malandragem pra elas. Elas sabem tudo.<sup>6</sup>*

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida ao autor por D. Nair, antiga moradora do Abraão, em 2012. Acervo do Projeto de Pesquisa Memória e História dos Cárceres da Ilha Grande.

O caminho proposto pela pesquisa foi privilegiar as fontes orais por não termos acesso a muitos documentos produzidos pelo Instituto Penal. A dificuldade de acesso a documentos sobre instituições penitenciárias tem diversos motivos, sendo o mais decisivo o desinteresse do Estado em preservar esses documentos reveladores da administração, do cotidiano, e da gestão historicamente precária e violenta oferecida à população carcerária. O episódio narrado pelo entrevistado nos mostra a potencialidade que entrevistas, que somadas ao trabalho de campo que consistiu no acompanhamento destes moradores ao longo de três anos, pode proporcionar. Devido aos detalhes que dificilmente conseguiríamos das fontes escritas, as fontes orais são importantes; elas nos abrem uma janela para a vida cotidiana fixada na memória dos viventes. O preso à disposição para fazer trabalhos domésticos, abastecendo a Vila e seus residentes com diversos tipos de serviços domésticos, é citado como tendo sido alguém cuja trajetória de vida não foi muito honrosa, e mesmo sendo “muito feio”, brincava com crianças da casa que, em meio a brincadeiras, descobriram que o aniversário dele estava próximo. A entrega do bolo é contada como um ato de muita dignidade, com muita emoção, pois o preso era “mais um desimportante entre outros à disposição”. Os moradores mostram gratidão pela realização de alguns trabalhos cotidianos como limpeza, cuidar da horta, cuidado com as crianças, e transporte de materiais, entre outros, mas não questionam qual seria o significado deste trabalho para os presos, ou mesmo para o funcionamento do sistema penitenciário.

Assim, fazendo da necessidade - em entrevistar pessoas devido à falta de fontes escritas - virtude, as entrevistas foram fundamentais para a construção da vida de Oswaldo Riffel França. Além de trazer à tona histórias vivenciadas na Ilha que não foram contadas e que são interessantes e reveladoras, as entrevistas também proporcionaram informações já clássicas relacionadas ao passado da Ilha. Os depoimentos entrelaçaram vidas e contextos históricos.

*Ah...o doutor França, era preso político, foi preso em, onde ele morava mesmo...Acho que é Presidente Prudente. Ele foi pego num aparelho que dava sinais pros alemães, ele não era alemão, ele era filho de alemães. Então, ele se meteu nesse negócio de espionagem. Mamãe também era alemã, mas ela não. (...) Meu avô sim, morreu de paixão, porque a*

*Alemanha estava perdendo a guerra. Mamãe não queria dizer pra ele, ele veio aqui pra ilha, aqui em casa. Mas escutava no rádio, escutava papai falar. Ele se recusava a entender que a Alemanha estava perdendo a guerra. Então ele me chamava às vezes, falava mal o português, aí eu contava pra ele. A gente nadava muito junto, ele morreu de paixão, realmente, porque a Alemanha perdeu a guerra.*<sup>7</sup>

### 3. O JOVEM FRANÇA E A ILHA

*“...prefiro falar das maravilhas do Abraão. Não gosto de falar de mim. Vim para esta ilha procurando o anonimato. Não quero que voltem a me procurar.” (Oswaldo Riffel, 1976)*

Desse modo Oswaldo Riffel França, já conhecido nesse momento como Dr. França, responde a curiosidade da jornalista Lia Hermont\_Blower que procura entender os motivos que o levaram a renunciar a cidade grande pelo trabalho em um presídio isolado em uma ilha, que já fora chamada de Ilha do Diabo, no sul do Estado do Rio de Janeiro. Dizendo que descobriu a enseada da Ilha Grande durante o percurso aéreo que fazia entre Rio de Janeiro e São Paulo, Dr. França diz que se decepcionou com a qualidade de vida na cidade grande. Segundo ele, haveria muitas dificuldades naquele momento – 1957, ano que ele declara à revista chegar à Ilha Grande, inclusive para o próprio exercício de sua profissão de médico. Dr. França disse que na cidade grande as pessoas disputavam para conseguir ganhar cada vez mais dinheiro e que ele queria fazer uso de sua profissão para dar um sentido mais útil à sua vida e por esse motivo teria escolhido trabalhar com a certeza de que estava “cumprindo o ideal de servir àqueles que necessitam realmente de ajuda”<sup>8</sup>.

A jornalista da revista Fatos e Fotos Lia Hermont\_Blower descreve a sala da casa do entrevistado. Havia quadros pendurados pelas paredes, alguns de autoria do próprio

<sup>7</sup> Entrevista concedida ao autor por D. Nair, antiga moradora do Abraão, em 2012. Acervo do Projeto de Pesquisa Memória e História dos Cárceres da Ilha Grande.

<sup>8</sup> Revista Fatos e Fotos, 1976, p.44.

médico, com imagens de paisagens da Ilha e de rostos. Dr. Oswaldo disse que a adaptação a um novo modo de vida não fora um problema, a ausência de teatro e de cinema era recompensada pela proximidade com as pessoas e com a natureza. Para ele, também havia a possibilidade, caso fosse preciso, de refugiar-se em livros e discos que trouxera. Em relação a uma companhia amorosa, Oswaldo Riffel França diz que um homem sem mulher não se realiza, mas que na calmaria da Ilha seria difícil uma adaptação feminina, pois “A mulher – o que acho certo – gosta de movimento, de se vestir, fofocar com as amigas, de se mostrar e aqui não tem nada disso”<sup>9</sup>.

O Dr. França ainda se mostra preocupado com a negligência das autoridades frente às belezas da Ilha e que pretende ainda fazer uma campanha para preservá-las. Na matéria da revista intitulada “Certo ou Errado”, a jornalista indagou Dr. França sobre o trabalho no presídio, pois ele alegara que saiu da cidade por causa das opressões e angústias que o aprisionavam, porém a solução encontrada foi trabalhar para gente que não tem o que ele próprio foi procurar: a liberdade. Dr. França diz que não há contradição, que ele veio ajudar aqueles que necessitam de médico e que tem mais pena dos que vivem na cidade do que daqueles que vivem nos presídios da Ilha:

*Eu não tenho pena deles como tenho daqueles que moram lá em baixo (nas cidades). Esses levam uma vida tremenda, com uma qualidade de vida muito baixa, com o homem perdendo sua individualidade e seus sentimentos. Os daqui não são tão perigosos, estão exercendo sua profissão e de certa forma são inofensivos. E depois o homem vivendo em contato com a natureza – que é o que não falta por aqui – é mais ou menos livre por que deixa de viver na angustiante sociedade de consumo.*<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Revista Fatos e Fotos, 1976, p.44.

<sup>10</sup> Revista Fatos e Fotos, 1976, p.45.

### 3.1.NO CONTINENTE

Oswaldo Riffel França nasceu no dia 22 de setembro de 1910, na cidade de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo. Filho de João Riffel França e Regina Puin França, ele natural de São Paulo e ela da Itália. Neto, por parte de pai, de alemães, e de italianos, por parte de mãe<sup>11</sup>. Aos 19 anos, já com o grau secundário completo, França deixou o interior de São Paulo e ingressou no curso de medicina na então Universidade do Rio de Janeiro, no prédio da Praia Vermelha, localizado na zona sul carioca no ano de 1929, ano em que ocorreu a crise política da Primeira República. Recém-chegado do interior paulista, Oswaldo Riffel França, descendente de imigrantes italianos e alemães, era um jovem estudante universitário de boa educação que se deparava com os embates políticos da grande arena política nacional, que se localizava na capital federal do Brasil.

Em 18 de novembro de 1937, ele obteve o título de médico pela agora chamada Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, atual UFRJ, podendo assim exercer essa profissão<sup>12</sup>. Apesar da conquista daquilo que se propôs ao sair do interior de São Paulo, isto é, estudar medicina e se formar em uma universidade da capital federal, foi em outro campo de atividade que França se dedicou mais assiduamente. No mesmo ano de 1937, periódicos de grande circulação do Rio de Janeiro anunciavam um novo jornal vespertino da cidade, dirigido oficialmente por Oswaldo Riffel França<sup>13</sup>. O periódico se chamava “O Povo” e era considerado o porta voz do movimento integralista naquele momento de grande euforia e de apoio ao regime de Getúlio Vargas, que mais tarde instauraria a ditadura do Estado Novo (1937-1945)<sup>14</sup>. Esse envolvimento com o movimento integralista fez com que França conhecesse Geraldo Mello Mourão<sup>15</sup> um jovem jornalista que o ajudaria no periódico. A amizade com Mello Mourão rendeu muitos frutos nas páginas de “O Povo”, mas também contribuiu para que ambos fossem presos pelo governo de Vargas.

---

<sup>11</sup> Agradeço a Dona Porcina que foi esposa de França nos últimos anos de sua vida pelas informações e pelo acesso ao seu diploma de médico e também aos documentos e pela revista Fatos e Fotos de 1976.

<sup>12</sup> Arquivo UFRJ.

<sup>13</sup> A Noite, 2 de Julho de 1937. P. 28 e Diário de Notícias, 2 de Julho de 1937 p.2.

<sup>14</sup> Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. Gilberto Calil.

<sup>15</sup> Depois também foi preso diversas vezes durante Ditadura Militar (1964-1985), nesse segundo momento acusado de envolvimento com o comunismo.

### 3.2.CHEGADA À ILHA

Diferentemente do relatado na reportagem da revista Fatos e Fotos em 1976, a chegada à Ilha Grande foi um pouco mais conturbada do que a versão romântica da fuga da angustiante vida na metrópole e de um ideal de servir àqueles mais necessitados, pelo menos em um primeiro momento. A panorâmica paradisíaca descrita por Oswaldo Riffel França de uma ilha no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro que despertava seu interesse durante as frequentes viagens que realizava entre Rio e São Paulo não foi exatamente o motivo que o fez conhecer aquela Ilha. França não conheceu a Ilha por sua livre espontânea vontade, ele chegou em 1943, em meio à Segunda Grande Guerra (1939-1945), como preso político acusado de espionagem. Desde 1938, França era funcionário público, pois trabalhava como inspetor na divisão comercial do Ministério da Educação e Saúde Pública<sup>16</sup>. Desse modo, ele era um médico formado que dedicava seu tempo entre a atividade de diretor do Jornal “O Povo” e de funcionário público. Era morador do Catete, bairro da zona sul do Rio de Janeiro, mais especificamente na rua do Catete, número 247, casa dois – hoje já não existente.

O jovem França foi enquadrado no decreto-lei 4.766 de outubro de 1942, que fora acionada pelo governo Getúlio Vargas. Este decreto era composto por 69 artigos e definia os crimes militares e os crimes considerados contrários à segurança do Estado, com a finalidade de manter a ordem social durante a entrada do Estado brasileiro ao lado das Forças Aliadas na Segunda Grande Guerra. Nessa época, aliás, desde 1937, estava instalada a ditadura de Vargas, conhecida como Estado Novo, e as agências de repressão estavam a todo vapor, intensificadas por estarem em tempos de guerra.

A partir do decreto-lei 4.766, a perseguição política foi institucionalizada e aqueles que estavam alinhados junto às forças do Eixo sofriam a repressão do Estado. Aqueles indivíduos que tinham atitudes consideradas contrárias aos interesses da nação eram investigados para que se averiguasse a responsabilidade criminal frente a um acontecimento suspeito. Desse modo, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social, o DESPS, investigou um caso em que havia a suspeita de participação de brasileiros e alemães num esquema de sabotagem no navio Winduck, confiscado junto à marinha alemã na costa brasileira. Respalhada pelo artigo 21 do decreto-lei o inquérito foi aberto:

---

<sup>16</sup> Diário Oficial da União.

*Artigo 21: Promover ou manter, no território nacional, serviços secretos destinados a espionagem:*

*Pena – reclusão, de oito a vinte anos, ou morte, grau máximo e reclusão por vinte anos, grau mínimo, se o crime for praticado no interesse de Estado em guerra contra o Brasil, ou de Estado aliado ou associado ao primeiro*

O Capitão do Exército Túlio Régis do Nascimento e o agora jornalista do Gazeta de Notícias Geraldo Mello Mourão, eram os principais personagens da investigação. Como mencionado anteriormente, este último foi quem ajudou Oswaldo Riffel França no jornal integralista “O Povo”. No inquérito formalizado pelo DESPS, lemos que Túlio Régis foi aliciado pelo patrocínio de funcionários da embaixada alemã no Brasil a fim de articular e aliciar outras pessoas para pôr em prática um plano de espionagem de troca de informações sobre bases aéreas americanas ao norte do país e também sobre o porto do Rio de Janeiro, além da sabotagem ao navio Winduck, que é de nacionalidade alemã.<sup>17</sup>

Dentre os detidos suspeitos de participar desse plano de espionagem, havia alemães e brasileiros, um deles era Oswaldo Riffel França que, contratado por Mello Mourão, a mando do Capitão Túlio Régis, foi a Buenos Aires, na Argentina, entregar documentos secretos de espionagem. Além dessa participação, França fez o serviço de “camuflagem”, isto é, alugou em seu nome um apartamento na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 308, apartamento 1002, do Edifício Itamar, para que pudessem ser feitas reuniões presididas pelo então Capitão Túlio.<sup>18</sup>

No inquérito, Oswaldo Riffel França ocupou um papel secundário, num primeiro momento, como um atravessador de informações do Rio de Janeiro para Buenos Aires, cujo conteúdo ele insistiu em dizer que desconhecia e que pediu a palavra de honra de Mello Mourão de que não havia no documento nada de atentatório a segurança nacional, e depois emprestando seu nome para alugar um imóvel que seria usado para reuniões desse grupo integralista, reuniões estas que ele disse nunca ter participado.

Não temos como saber o grau de envolvimento de França dentro do movimento integralista naquele momento e também o grau de envolvimento nesse episódio.

---

<sup>17</sup> APERJ. Fundo DESPS, Inventário, 1905-1944. Notação 83, p. 46

<sup>18</sup> APERJ. Fundo DESPS, Inventário, 1905-1944. Notação 83, p. 56

Contudo, sem dúvida ele pertencia a esse circuito integralista, mesmo não se declarando espião confesso nesse episódio como outros detidos o fizeram. Um dos detidos, Valencio Wurch Duarte, um jovem professor de 26 anos, ao ser perguntado se conhecia Oswaldo Riffel França, disse que o conhecia desde a época do integralismo.<sup>19</sup> Esse episódio teve grande repercussão nos periódicos<sup>20</sup> da capital da República gerando algumas capas de jornal.<sup>21</sup>

#### 4. PRESOS POLÍTICOS

Nas entrevistas, podíamos perceber que as menções a presos políticos eram muitas. Os moradores citavam, desde os mais famosos como Graciliano Ramos e Fernando Gabeira, até militares dissidentes, comunistas e integralistas da época de Getúlio Vargas. Outros personagens que também vinham à baila eram os criminosos que se vinculavam ao Comando Vermelho. José Carlos dos Reis Encina, mais conhecido como Escadinha, tornou-se conhecido por sua fuga através de um helicóptero. Além de figuras como João Francisco dos Santos, o Madame Satã, capoeira e homossexual morador do bairro da Lapa da primeira metade do século XX, que ficou durante muitos anos preso nos presídios da Ilha.

Oswaldo Riffel França também é lembrado tanto por ter sido médico das instituições penais da Ilha Grande, como pela sua trajetória de chegada à Ilha como preso político. Diferentemente dos comunistas que ali ficaram presos, membros e simpatizantes do movimento Integralista no Brasil foram aproveitados pelas colônias penais para desempenhar algumas atividades administrativas. Em relação aos presos políticos, D. Zaíra, antiga moradora que trabalhou na seção de saúde da Colônia Penal Cândido Mendes, disse:

*Eles (os presos políticos) tinham uma certa liberdade. Por exemplo, Flores da Cunha que era general, era preso político, ele morava em uma casa separada. Esse presídio (a CPCM, no Abraão) foi feito especial*

<sup>19</sup> APERJ. Fundo DESPS, Inventário, 1905-1944. Notação 83, p. 60

<sup>20</sup> Gazeta de Notícias, 30/03/1943, p.1

<sup>21</sup> Ver imagem em anexo.

*para eles. Presídio bonito para olhar de fora. Tinha um pátio grande para eles fazerem ginástica. As famílias iam visitar. (...) isso que eu estou falando era dentro do presídio. Agora Flores da Cunha que era general, morava em uma casa, Dr. Belmiro Valverde não sei, ele também ficava no presídio. Mas eles tinham outro tratamento. Tinham uma regalia.*<sup>22</sup>

Tanto Flores da Cunha, quanto Dr. Belmiro Valverde foram presos por causa do Levante Integralista de 1938, contra Getúlio Vargas, primeiro foram para Fernando de Noronha e depois vieram para a Ilha Grande.<sup>23</sup> Yves de Oliveira Ribeiro, o Dr. Yves, trabalhou e morou na Ilha de 1941 a 1948, e comentou o livro escrito por outro médico e, depois, diretor dos presídios da Ilha Hermínio Sardinha, dizendo que o General Flores da Cunha tinha que ser recebido e tratado pela administração penitenciária como hóspede de honra. Segundo ele, haveria uma carta de Benjamin Vargas, irmão do presidente Getúlio Vargas, com esse pedido.<sup>24</sup>

O livro de Hermínio Oupretano Sardinha, *Memórias de um Médico: Ilha Grande*, foi cedido pelo filho do Dr. Yves, Yves de Oliveira Ribeiro Filho, através de um encontro com antigos moradores de Dois Rios, onde filhos de antigos funcionários da Penitenciária Agrícola do Distrito Federal se reuniram, em São Paulo. Um dos membros administrava um blog que falava daquele passado que viveram na Ilha e que também servia para encontrar outras pessoas que como eles viveram lá. Esse livro foi comentado a lápis em suas próprias páginas por um leitor atento e contemporâneo de Sardinha, o também médico Dr. Yves. Sardinha, que depois se tornou o primeiro diretor da Colônia Penal Cândido Mendes, em 1942, escreveu sobre sua chegada à Ilha:

*Já conhecíamos o arraial do Abraão e tínhamos visto toda sua fachada. Encontramos à nossa espera dois guardas fardados, que nos acompanhariam até a colônia, por ordem do diretor. A chefia de polícia, por despacho telegráfico, avisara o dia de minha apresentação e determinara as providências para nossa condução até o destino, onde eu*

---

<sup>22</sup> Entrevista concedida ao autor por D. Zaira, antiga moradora do Abraão, em 2011. Acervo do Projeto de Pesquisa Memória e História dos Cárceres da Ilha Grande.

<sup>23</sup> Santos 2009: 282, 283.

<sup>24</sup> Comentários escritos por Dr. Yves, médico das colônias penais da Ilha Grande, no livro *Memórias de um Médico: Ilha Grande*, de autoria de Hermínio Oupretano Sardinha.

*exerceria as funções de médico. Enquanto os carregadores levavam nossas bagagens, fomos até à praia, refazendo-nos da viagem. Os dois guardas aproveitaram a oportunidade para nos mostrar a localização da Colônia. Vimos, ainda, a montanha que deveríamos subir para chegar ao presídio. A imensidão da serra e a distância que deveríamos percorrer em três horas e meia a cavalo, provocou-me um calafrio. Confesso que não foi o medo que me tomou, mas a noção da responsabilidade que eu assumira, ao aceitar o cargo. O que haveria por detrás das montanhas? Sozinho eu teria de responder por centenas de vidas, sem um único amigo ou confidente. “Mas passei quinze anos na Ilha, e até hoje não me arrependo”.*<sup>25</sup>

*Foram poucos presos políticos os presos políticos que deram trabalho ou preocupação aos diretores. Entre eles estava o Dr. Belmiro Valverde que, juntamente com outros, gozava de alguma regalia pela diretoria em atenção à posição de cada um.*<sup>26</sup>

Contudo, não eram todos os presos políticos integralistas que tinham privilégios. Como bem disse Sardinha, a regalia se dava pela atenção á posição de cada um. Dr Yves comenta que:

*Alcansei os presos por medida de segurança. Seus processos passavam 2, 3 anos esquecidos. Muitos preferiam praticar um crime, por ferimentos, para “ganharem” uma condenação de poucos meses e assim saírem. Os presos com condenação determinada não eram obrigados ao trabalho e recebiam toalhas, sabonetes, escova e pasta de dente e tinham outras regalias. Daí a vantagem de ser um condenado...*<sup>27</sup>

Seu filho nos escreveu dizendo que não tem lembranças de seu pai comentar nada sobre o tratamento dado aos presos, mas disse lembrar-se de seu pai:

*(...) (Dr. Yves) só de ser contra penas muito severas e castigos corporais. Os relatos de outras pessoas mostram que ele tinha muito respeito dos internos. Lembro dele contando de um fugitivo na mata entregar-se a ele*

<sup>25</sup> Sardinha 1969: 29.

<sup>26</sup> Sardinha 1969: 180.

<sup>27</sup> Comentário escrito na página 45 e 46 do livro de Sardinha, H. O. Memórias de um Médico: Ilha Grande

*durante uma travessia Abraão-Dois Rios, sabendo que ele intercederia sobre não ter punição maior.*

Muitos presos, inclusive os que estavam aprisionados pela medida de segurança, que não tinham condenação, ficavam à deriva, esperando qualquer notícia, qualquer barco que chegava à Ilha era motivo de esperança sobre alguma decisão de penas a serem cumpridas pelos internos. Em 1943, ano em que Dr. França entra na Ilha, há na Colônia Penal Cândido Mendes 409 presos, sendo 203 presos políticos.<sup>28</sup>

#### **4.1.UM TRAIADOR DA NAÇÃO OU UM MÉDICO NA ILHA?**

Na década de 1940, houve uma grande mudança na Ilha com a transferência da Colônia Agrícola de Fernando de Noronha para a Ilha Grande. Como observado por Santos:

*Em fevereiro de 1942, a Colônia Agrícola de Fernando de Noronha, que fora criada em 1938 para isolar os presos políticos considerados extremistas, foi transferida para o prédio que acabara de ser construído em Dois Rios, passando a se denominar Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF). Com isso, a CPCM – Colônia Penal Cândido Mendes, foi transferida para as edificações do antigo Lazareto da Ilha Grande, no Abraão.<sup>29</sup>*

Nesse momento, se concentrou na Ilha um contingente grande de presos políticos. Oswaldo Riffel França era um deles, e como outros presos políticos da época, não tinha as características dos presos comuns que abarrotavam as celas; ele era branco, descendente de imigrantes europeus, tinha passaporte e ensino superior. O ritual de chegada comum aos presos comuns mistura diversos tipos de procedimentos punitivos nem sempre legais que vão da uniformização até o espancamento. Para os moradores, os presos políticos, protegidos pelo status de bacharéis, como era o caso de França, estavam ali não por serem presos “vagabundos”, mas apenas por “pensarem diferente”. Por isso não eram como os outros que historicamente frequentaram as celas das prisões

---

<sup>28</sup> Santos 2009: 288.

<sup>29</sup> Santos 2009: 284.

como ébrios, mendigos, indigentes, entre outros, tinham profissão, não eram um outro distante que precisava de correção, mas um próximo, pelo menos em desejo, cujo único pecado fora divergir ideologicamente do regime imposto.

Wesley: *Tinha muito alemão aqui?*

D. Nair: *Ah.. veio muito! O meu marido, quando serviu a polícia militar, ele tomava conta dos alemães. Aprendeu muito com eles, porque era tudo preso político e preso político era gente fina. Vagabundo, não! Era tudo advogado, médicos. (risos) Dr. França gostava tanto daqui, que quando ele foi solto ele arranhou para ser nomeado médico aqui.<sup>30</sup>*

França era um indesejado do regime de Vargas que fora enviado para a Ilha para cumprir sua pena. Porém, era um preso político formado em medicina, profissão que a Ilha tanto necessitava. Por isso, ao invés de ser encaminhado aleatoriamente para uma turma de jardinagem, do rancho, ou da cozinha, foi diretamente para a seção médica. Alguns moradores da Ilha já sabiam da vinda de traidores da nação avisados pelos jornais, mas, para eles, esses traidores eram produtivos, pessoas de bem, inteligentes, bacharéis. França possuía uma habilidade especial para aquele contexto de abandono; ele era integralista, mas fundamentalmente um médico na Ilha.

Wesley: *Em 1945, quando teve a anistia, o Dr. França era preso político. Logo depois que teve a anistia ele se tornou médico?*

Seu Simplício: *Era preso político. Mas era a Quinta Coluna que era como chamavam. Não! Ele era médico lá dentro quando era preso. Houve a anistia e ele foi embora para São Paulo. Depois de quatro ou cinco anos, lembraram dele, precisou-se de um médico, mandaram chamar ele e ele veio.<sup>31</sup>*

---

<sup>30</sup> Entrevista concedida ao autor por D. Nair, antiga moradora do Abraão, em 2012. Acervo do Projeto de Pesquisa Memória e História dos Cárceres da Ilha Grande.

<sup>31</sup> Entrevista concedida ao autor por Seu Simplício em 2011. Antigo morador do Abraão que trabalhou no presídio como guarda penitenciário. Começou a trabalhar na Colônia penal Cândido Mendes em 1948, com 26 anos, mas já conhecia o presídio desde os 7 anos, em 1929. Acervo do Projeto de Pesquisa Memória e História dos Cárceres da Ilha Grande.

Dona Zaíra fala sobre sua relação com a Colônia Penal e com Dr. França:

*Bom, eu trabalhei aqui no presídio uns tempos e ele era médico aqui. Ele já estava liberado. Ele era preso político, sabe? Prenderam os comunistas e os integralistas naquela época. Ele parece que era integralista. Quem teve aí também foi o Agildo Ribeiro. (...)É! Ele já era médico. Quando tinha uma emergência ele até atendia. Mas lá ele era, a condição dele era de preso político. (...) Eu trabalhei aqui foi em 1947. E ele já estava trabalhando aqui. Eu não sei se ele era nomeado médico. Em 1947, ele já atendia as pessoas. Ele já estava indiciado, já tinha vindo a lei da anistia. Em que todos foram libertados.<sup>32</sup>*

Dona Zaíra disse que trabalhou no presídio quando ainda era menor de idade e por isso não assinava a folha de pagamento, outra pessoa maior de idade assinava e depois repassava o dinheiro para ela. Essa parecia ser uma prática muito comum, pois há reportagens de periódicos mostrando, por exemplo, que havia folha de pagamento para serviços inclusive inexistentes no presídio.<sup>33</sup>

Dr. Hermínio Ouropretano Sardinha foi médico dos internos e dos funcionários na década de 1930 e em 1942 assumiu a posição de diretor na recém inaugurada Colônia Penal Cândido Mendes, no Abraão. Sardinha fala de suas dificuldades nesse período na Ilha:

*Logo após esse primeiro contato com o hospital, determinei ao enfermeiro que mostrasse todas as suas dependências, seu material e sobretudo detalhes a respeito dos homens ali internados para tratamento. Que desilusão experimentei naquele instante. O que eu vi excedeu em muito ao que Anísio me dissera. Aquele importante setor de serviço de saúde era mais um depósito de presos, que, um hospital.*

*(...) Nesse dia estavam ali internados quarenta criminosos, atacados das mais diversas enfermidades, alguns em estado bem grave. Procurei*

<sup>32</sup> Entrevista concedida ao autor por D. Zaíra, antiga moradora do Abraão, em 2011. Agildo Barata Ribeiro foi um militar que também foi encarcerado em 1938, como preso político e que foi transferido para a Ilha em 1942. Acervo do Projeto de Pesquisa Memória e História dos Cárceres da Ilha Grande.

<sup>33</sup> Jornal do Brasil, 15/04/1961, p.47

*atender um por um daqueles homens semimortos, ali baixados, ávidos de curiosidade e implorando que alguém viesse socorrê-los. Valendo-me do que encontrei, mediquei como pude aqueles famintos de tudo. Já cansado de ver tanta miséria, tanta desordem, tanta desumanidade, parti rumo ao consultório, para examinar e medicar os presidiários que regressavam do serviço.*<sup>34</sup>

*Pelo regulamento da colônia, cumpria aos médicos atender, além dos presidiários, os funcionários com suas famílias e os soldados da guarnição policial. Como não existia outro médico, eu era obrigado, por um dever profissional e de humanidade, a socorrer os nativos, quase todos pobres em sua totalidade. Mas eu dispunha apenas de um enfermeiro e um farmacêutico, além de um prático, e tinha de exercer a medicina nos mais variados aspectos, desde a clínica médica à cirurgia, inclusive a cirurgia de urgência: em geral, fraturas expostas decorrendo das quedas sofridas pelos detentos, quando tentavam fugir.*<sup>35</sup>

*Apenas os colegas que clinicam nas nossas cidades do interior, e que conhecem como eu as dificuldades encontradas na nossa missão, estão em condições de avaliar o sacrifício e compreender o trabalho de um médico numa ilha em pleno oceano, com quatorze léguas quadradas e seus quinze mil habitantes, dispersos por toda a sua extensão.*<sup>36</sup>

Na década de 1930, Dr. Sardinha disse que as doenças mais comuns nos presídios eram as verminoses, o beribéri e o impaludismo. Dr. Yves, por outro lado, era médico dos internos e moradores em Dois Rios na década de 1940, que foi a que recepcionou Dr. França e outros muitos presos políticos. Nesse período, também se teve ameaças epidêmicas e diversas doenças que assolavam a população carcerária da Ilha. Myriam Sepúlveda diz:

*Em ofício de outubro de 1943, o diretor da CADF (Colônia Agrícola do Distrito Federal, em Dois Rios) solicitou ao Ministro da Educação e*

---

<sup>34</sup> Sardinha 1969:36-37.

<sup>35</sup> Sardinha 1969: 52.

<sup>36</sup> Sardinha 1969: 53.

*Saúde que instalasse um posto de profilaxia do impaludismo na Ilha Grande, pois a doença grassava sem que a CADF e a CPCM (Colônia Penal Cândido Mendes) tivessem condições para controlá-la.*<sup>37</sup>

Desse modo, podemos perceber que, como nos relataram, o Dr. França atendeu a internos e moradores da Ilha ainda como preso político e, ao que tudo indica, ficou trabalhando como médico dos presídios e dos moradores bem antes de sua nomeação oficial em 1957. Ele saiu da posição de preso político e passou para a posição, mesmo que informalmente, de médico-detento e depois à de médico-morador da Ilha Grande.

## **5. ENTRE O DR. FRANÇA E O DR. BALANÇA**<sup>38</sup>

Na década de 1950, a situação que já era precária, piora. Em 1956, a administração penitenciária deixou clara a situação de extrema urgência em que o presídio estava submetido, pois a penitenciária comportava 550 detentos, além de 118 funcionários junto com seus familiares sem, segundo a administração, qualquer assistência médica-hospitalar. Apoiado pela Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, o artigo 12 diz que nomeação poderia ser feita interinamente se não houvesse candidato legalmente habilitado, isto é, concursado. Desse modo, com a flagrante urgência, a nomeação se fez necessária. Curiosamente o nomeado não foi Oswaldo Riffel França, mas sim Antonio Ferreira de Mello, jovem médico de 27 anos, tomando posse em 31 de agosto de 1956. Contudo, pouco tempo depois, alegando, em uma mensagem através de um radiograma anexado ao processo, “não se adaptar aos serviços desse presídio”, entrega seu pedido de demissão. O cargo fica vago até que Oswaldo Riffel França é oficialmente nomeado em 15 de janeiro de 1957, saindo assim da informalidade, para o cargo classe K da carreira de médico do quadro permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em caráter interino, lotado na Colônia Penal Cândido Mendes. Em seu exame de capacidade física e exame de sanidade é interessante perceber que a residência de Dr. França já era localizada no Abraão, Ilha Grande. A administração penitenciária dizia que não havia qualquer atendimento médico-hospitalar e pedia a contratação de um médico com urgência, mas França, segundo as fontes orais, já

---

<sup>37</sup> Santos 2009: 288.

<sup>38</sup> Este capítulo fez parte do trabalho apresentado, de mesmo título, na 22a SEMIC, em 2011.

trabalhava como médico do presídio desde a década de 1940, e ele em 1956 já tinha a Ilha Grande como residência. Ou seja, há a possibilidade de que a administração quisesse mais um médico para trabalhar na Ilha ao lado do já médico Dr. França. Desse modo, o médico-morador, de 46 anos, Oswaldo Riffel França se credenciou para assumir o cargo oficial de médico das Colônias. Ele já era conhecido pelos moradores e pela administração das Colônias e conhecia a violência do sistema penal.<sup>39</sup>

A administração penitenciária faz mais um esforço para conseguir mais um médico para atender a população da Ilha em 1959 e um concurso foi organizado. Nesse ano, Dr. França foi exonerado, fato que estava de acordo com as regras do Estatuto dos Funcionários que diz: “Homologado o concurso, serão exonerados todos os interinos”. Rômulo Pereira Macambira foi nomeado em 6 de maio de 1959. Contudo, Rômulo Pereira não foi tomar posse e o cargo de médico classe K novamente ficou vago. Não tendo mais candidatos habilitados, França, que não havia participado do concurso, retomou o posto de médico oficial, novamente em caráter interino.<sup>40</sup> Havia uma dificuldade muito grande de se conseguir funcionários, principalmente aqueles com maior especialização, para o trabalho nas Colônias Penais Agrícolas. A Ilha era de difícil acesso, isolada do litoral fluminense.

Dona Porcina, esposa de França em seus últimos anos de vida, nos recebeu em sua casa e nos cedeu o diploma de médico de França. Isso era importante, pois quando comecei a fazer minhas primeiras excursões à Ilha Grande, percebi que muitos moradores antigos não tinham boas recordações do Dr. França. Fui surpreendido um dia por uma moradora antiga que me disse que Oswaldo Riffel França não era médico, que na verdade ele era veterinário. Como ainda não tinha certeza de que França tinha realmente cursado medicina, levei em consideração a possibilidade de terem colocado uma pessoa qualquer que apenas ajustasse os interesses da administração, então dei especial atenção àquela informação.

Após confirmar que de fato França era um médico formado, aquele relato de que ele seria um veterinário, com óbvia intenção desqualificadora, nos deu algumas pistas sobre o atendimento médico que era dado tanto aos moradores do Abraão, como aos

---

<sup>39</sup> Arquivo Nacional, Serviço de Comunicação do MJNI. Série: pessoal. 1956, Processo: 24996. Caixa: 6002.

<sup>40</sup> Arquivo Nacional, Serviços de Comunicação do MJNI, Série: Pessoal, 1959, Processo: 18238, Caixa: 7115.

indivíduos que estavam presos. Tanto no sentido mais execráveis de dar laudos indicando que presos se machucavam mutuamente encobrendo espancamentos feitos por guardas, quanto no sentido de se possuir um médico que era morador da Ilha e portanto um funcionário que estava à disposição. A presença de Dr. França era uma segurança, dizem as fontes orais, apesar dessa menção vir acompanhada de um “mas só existia ele, né”.

No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro foi encontrado um dossiê de acusação ao chefe de segurança da CPCM e é citado o nome do Madame Satã<sup>41</sup> e do Dr. França como cúmplices de alguns crimes acusados em 1970.

*Segundo o informe de referência, Jorge Martins escriturário classe “B”, Nivel 10, matricula 1.8-7.117, atualmente exercendo as funções de Chefe de Segurança e Controle as Penitenciária Correccional Cândido Mendes, valendo-se de sua posição e ainda, da circunstancia de vereador, o que lhe garantiria impunidade, vem praticando uma serie de atos delituosos, tais como estelionato, esbulho possessório, exploração de lenocínio e tráfico de maconha. Assim teria ele adquirido a lanchonete de sua propriedade por meios ilícitos, estaria ligado ao ex-presidiário conhecido pelo vulgo de “Madame Satã”, com o qual manteria um bordel para onde encaminharia os detentos que dispõem de recursos, e de cumplicidade com o interno ZACARIAS, que recebe via postal volumes de maconha procedente da cidade de Colônia, controlaria a venda e distribuição de entorpecentes aos viciados das cidades da colônia e do Abraão, isso ainda com parceria com o Dr. França.*

*Contra o citado funcionário, articula-se ainda a acusação de prática de atos de violência, atos esses impunes, sobretudo porque o Dr. França e seu colega OSWALDO RIFFE, ao fornecer atestado médico sobre lesões sofridas pelas vítimas, declaram tratar-se de acidente de trabalho, ou, como foi no caso do detento “MAMÃO”, espancado pelo chefe de Segurança, alegando tratar-se de briga entre internos.*

---

<sup>41</sup> Malandro da Lapa que foi parar nos presídios da Ilha.

*Sindicância levadas a efeito por este DOPS confirmaram as acusações referentes a estelionato e esbulho possessório, não se logrando resultados positivos, por inexistência de meios, quanto às imputações de exploração de lenocínio e tráfico de maconha. Tampouco se conseguiu positivar a acusação de atos de violência, embora seja notório que, dado alto grau de periculosidade dos detentos, a disciplina é muito rigorosa.*

*JORGE MARTINS é vereador eleito por Mangaratiba, negociante em Abraão e tem boa situação financeira.*<sup>42</sup>

Nada foi comprovado sobre supostos crimes cometidos por Madame Satã e Dr. França. E, em relação à prática de violência exercida pelo chefe de segurança, está escrito que “é provável que a informação tenha confundido a disciplina carcerária necessária e compatível com o grau de periculosidade dos internos recolhidos ao IPCM com violência.”<sup>43</sup>

Interessados no tratamento médico dado aos internos, fomos entrevistar alguns ex-guardas que conviveram diretamente com Dr. França, e, mais uma vez, tivemos acesso a relatos sobre o tipo de tratamento que era dado àqueles que cumpriam suas penas. Duas perguntas, realizadas pela coordenadora da pesquisa e por uma outra bolsista de iniciação científica, merecem ser reproduzidas:

*Myrian: Ele era médico de todo mundo aqui?*

*Médico de todo mundo. Eu gostava dele, mas nem todo mundo gostava (...). Lá em cima na colônia os presos não gostavam muito dele, por que chamavam ele de Dr. Balança. Porque o preso ia lá “Dr. eu tô passando” e ele dizia: “então sobe na balança”. Então o preso subia “se não tem nada não, você está muito gordo”. Então ele não suportava vagabundo. Então os presos o chamavam de Dr. Balança. Mas era um bom homem, muito bom homem.*<sup>44</sup>

*Yasmim: Chamavam o Dr. França de Dr. Balança, né?*

<sup>42</sup> APERJ, Fundo/coleção: POL POL, Inf. SO/SAS N. 1106, prot.3216/DI/70. Fl. 139.

<sup>43</sup> APERJ, Fundo/coleção: POL POL, Notação 66. Inf. SO/SAS N. 1106, prot. 3216/DI/70. Fl. 148.

<sup>44</sup> Entrevista concedida ao autor por Seu Constantino, antiga moradora do Abraão, em 2011. Acervo do Projeto de Pesquisa Memória e História dos Cárceres da Ilha Grande.

*Esse é outro lado, chegava o preso e ele dizia para subir na balança. De acordo com o peso e a idade que tinha ele tava bom. Chegava lá às vezes se queixando, mas não tinha nada, era só para não trabalhar. Então, ele tinha isso: “sobe aí na balança, tem nada, pode ir trabalhar!”<sup>45</sup>*

Entre as décadas de 1930 e 1960, as autoridades das colônias penais da Ilha Grande obrigavam os internos ao trabalho agrícola, pois supostamente essas atividades seriam capazes de regenerados internos. A maior parte dos indivíduos condenados, contudo, não estavam habituados ao manejo das enxadas, que costumavam dar bolhas e ferimentos nas mãos. Havia, ainda, uma divisão de trabalho entre os internos que não considerava a capacidade física e psíquica de cada um. Os trabalhos mais pesados muitas vezes eram atribuídos como castigos. Assim, Sardinha já falava dos trabalhos:

*Os trabalhos de rotina como da horta, oficina, cozinha, rancho, faxina, estábulo e criação pertenciam a “turma leve”. As “turmas pesadas” eram em menor número e nelas os presos dispendiam maior esforço, com mais horas de serviço. Eram também chamadas de “turmas de trabalho forçado”.<sup>46</sup>*

Dr. Yves também comenta sobre o trabalho nas colônias penais nas páginas do livro de Sardinha:

*Todo serviço era executado pelos presos interessados por medida de segurança. Não recebiam um centavo, nem mesmo o cigarro. Podemos avaliar a revolta de que eram possuídos. Verdadeiros animais. Mal alimentados, sem proteção alguma. Os guardas 80% ignorantes e verdadeiras feras.<sup>47</sup>*

A perspectiva de que os internos tinham “recursos” para não saírem para trabalhar, compartilhada por membros da administração penitenciária, também já era dita por Sardinha, que escreveu:

---

<sup>45</sup> Entrevista concedida ao autor por Seu Simplício, antiga moradora do Abraão, em 2011. Acervo do Projeto de Pesquisa Memória e História dos Cárceres da Ilha Grande

<sup>46</sup> Sardinha 1969: 197.

<sup>47</sup> Comentário de Dr. Yves Ribeiro na página 200 do livro de Sardinha concedido, em 2014, pelo filho do Dr. Yves ao acervo do Projeto de Pesquisa Memória e História dos Cárceres da Ilha Grande.

*No meu ambulatório atendia aos presos que lá apareciam, com os fins mais diversos. Uns realmente por doença; outros por simulação ou malandragem e outros ainda para pedir transferência de serviço, sempre com a alegação de doenças. Esse meu trabalho era, como pode se ver, árduo, trabalhoso, difícil e perigoso. Precisava de muita habilidade e paciência para agir sem contrariar aqueles criminosos em suas queixas, reclamações, desejos e intenções inconfessáveis.<sup>48</sup>*

Um desses “recursos” seria pedir uma visita médica alegando algum mal estar. Acontece que o número de presos nunca ficou abaixo de 500, com picos de mais de mil internos, e todos deveriam ser atendidos por um só médico, que, como vimos, também atendia funcionários e moradores da Ilha Grande. Como o número de pedidos para atendimento era grande e o número de atendimentos por dia, aqueles que já estavam em estado avançado de enfermidade muitas vezes não conseguiam uma consulta. Seu Hotair, que trabalhou como guarda penitenciário no Instituto Penal Cândido Mendes, entre 1977 e a desativação em 1994, nos disse que não tinha como atender a todos os pedidos de atendimento médico, e que por isso, primeiro o pedido passava pelos guardas e depois pelos inspetores para que então chegasse ao Dr. França. Mesmo com essa seleção prévia de quem poderia ou não ser atendido, ainda havia uma demanda grande por atendimento médico. Desse modo, a balança era uma estratégia utilizada pelo Dr. França para controlar o presídio superlotado; ele selecionava quem estava ou não enfermo a partir do peso perdido ou ganho de cada um. Era uma ponderação consciente, um cálculo de custo-benefício dentro daquele contexto de falta. O Dr. França atendia dentro dos presídios, nas casas de pessoas no Abraão, e também em sua própria casa, amarrando, portanto, o vínculo de médico-morador que abria sua casa para atendimento médico.

Como, por um lado, o período de atendimento médico pelo Dr. França foi muito grande, estendendo-se oficialmente de 1959 a 1980, e, por outro, os documentos encontrados nos arquivos públicos sobre ocorrências na enfermaria são muito fragmentados, é muito difícil ter uma avaliação contínua da atuação do Dr. França. Citamos, contudo, como exemplo, alguns registros relativos aos anos de 1968 e 1969.

---

<sup>48</sup> Sardinha 1969: 161.

Segundo esses documentos, podemos constatar que as ocorrências médicas mais frequentes eram ocasionadas por esfaqueamento proveniente de brigas entre internos, fraturas por brigas e acidentes de trabalho, mordida de cobra, além de crises provenientes de doenças epidêmicas, como a tuberculose. Contudo, também eram diagnosticados problemas oftalmológicos, doenças de pele, úlcera gastro-duodenal, hemorróida externa, diabetes, doenças mentais e asma brônquica.

As condições ideais para a proliferação de doenças respiratórias são encontradas nos presídios, devido à superpopulação e falta de higiene. Na Ilha Grande, o problema se agrava uma vez que as instalações eram muito úmidas por se localizarem em uma ilha. Havia pouca ventilação dentro das celas escuras e abarrotadas, as condições insalubres, estresse do encarceramento, contato físico contínuo e intenso com outros internos e a grande circulação de entrada e saída desses internos dentro do presídio, além de abusos de autoridades, somados mostram o quadro encontrado por um preso comum nos presídios da Ilha Grande.

Encontramos também registros de várias tentativas de suicídio. Quando isso acontecia eram encaminhados para tratamento neuropsiquiátrico. Muitas outras pessoas foram encaminhadas para tratamento neuropsiquiátrico pelo Dr. França porque faziam greve de fome<sup>49</sup> ou praticavam autoflagelo, debatendo-se contra as paredes do presídio e até ingerindo vidro moído.<sup>50</sup>

Um interno chamado José Marques Costa de Oliveira fora diagnosticado pelo Dr. França como tendo tuberculose pulmonar, sua transferência foi pedida pelo memorando 167/1969, dia 15 de Agosto, reiterado em mais três memorandos dos dias 12, 24 e 29 de Setembro. Outro interno chamado Hélio Costa das Chaves, por exemplo, não teve a mesma sorte, faleceu esperando a transferência para o continente para tratamento da tuberculose no hospital penal, o interno tinha sintomas evidentes e avançados, o que mostra a demora também no diagnóstico, o pedido fora feito dia 4 e o

---

<sup>49</sup> APERJ, Ocorrências na Enfermaria, notação 064, Instituto penal Cândido Mendes, memorando 194/1969.

<sup>50</sup> APERJ, Ocorrências na Enfermaria, notação 064, Instituto penal Cândido Mendes, memorando 114/1969.

interno faleceu dia 11 por colapso cardíaco.<sup>51</sup> Há uma carta de um interno chamado José Carlos Gomes da Silveira pedindo a ajuda do diretor para ser atendido:

*Sr. Diretor deste estabelecimento penal, o que me traz escrever esta pequena carta pedindo uma audiência urgente porque eu me encontro doente dos pulmões e sem recurso médico. Espero que a atenção sua seja despertada com a máxima urgência. Sr. Diretor sei que são vários problemas para o senhor resolver, mas o meu será um mais fácil para o senhor.*<sup>52</sup>

O último interno que ainda se encontra na Ilha Grande é o seu Júlio de Almeida. Ele chegou à Ilha em 1958 e ainda se encontra morando em Dois Rios. Seu Júlio nos relatou alguns processos médicos a que foi submetido:

*Wesley: O senhor falou em remédio, sempre teve remédio para todo mundo, o que o senhor lembra?*

*S. Júlio: “Nós tínhamos aqui um remédio, nós tínhamos a vacina geral aqui todo ano, de três em três meses, e tinha o purgante também de três em três meses geral. O preso chegava aqui ele fazia o check-up, então ele tinha que tomar o purgante, marcava uma data e naquela data todo mundo pegava fazia uma fila para ir para o médico, pesar e passar no laboratoriazinho para tomar a vacina. (...) tudo coletivo, no modo geral.”*

*Wesley: A vacina era pra quê?*

*A vacina era o seguinte, nós temos vários tipos de doença, de maneira que todo ano, então, vem a vacina para evitar todos os problemas e a cadeia é o lugar que está sempre em remanejamento, hoje eu tô aqui, mas amanhã eu estou em outro lugar e vem outro pra cá e vai embora*

---

<sup>51</sup> APERJ, Ocorrências na Enfermaria, notação 064, Instituto penal Cândido Mendes, memorando 167, 186, 199, 204/1969.

<sup>52</sup> APERJ, Ocorrências na Enfermaria, notação 064, Instituto Penal Cândido Mendes, memorando 095/1968.

*pra rua, chega outro. Então tem que ver que tem que acompanhar todo o movimento também.*

*Wesley: E o purgante?*

*O purgante era o seguinte, o pessoal lá de baixo da penitenciária estava gordo, parecia um porco, tá compreendendo, porque lá o serviço era parado. (...) E a saúde também não era nenhuma, pensava que tava com saúde, não era nenhuma, tomava o purgante limpava tudo, entendeu? (...) O purgante era sal de grau, sabe o que é sal de grau, né, tipo um sal que botou na água, meio copo, tomou aquilo e revira a barriga todinha.*

*Wesley: Mas os dois eram juntos, vacina e purgante?*

*Sim, tudo junto, e a pesagem também, passava pela balança, tirava a roupa fora, entrava na balança, pesava, aí na frente pegava, tomava a vacina, tomava o purgante e ia pro pátio.<sup>53</sup>*

## 6. CONCLUSÃO

A precariedade de tratamento disponível a internos era enorme, a demora era grande e as possibilidades de atendimento quase sempre eram tardios e bem limitados.

Oswaldo Riffel França, o Dr. França, foi um médico dedicado ao serviço público, atendendo por mais de 35 anos pessoas que passaram pela Ilha Grande. Ao todo foram 48 anos, dos seus 81 de vida, compartilhados com a Ilha Grande onde também foi sepultado. Oswaldo Riffel França exerceu a profissão de editor de um jornal com tendência integralista, depois foi preso político e também médico nas colônias da Ilha. Seguindo alguns rastros da vida e dos espaços por onde esse homem da metrópole circulou e permaneceu na Ilha chamada de maldita pelos jornais da época- diferente de muitos outros que passaram por lá, mas que não permaneceram -, atravessamos mais de meio século de história que nos ajudou a perceber a situação deplorável a que os

---

<sup>53</sup>Entrevista concedida ao autor por Seu Júlio de Almeida, antigo interno que continuou a morar em Dois Rios, em 2013. Acervo do Projeto de Pesquisa Memória e História dos Cárceres da Ilha Grande. Fez parte do trabalho apresentado na 24ª SEMIC, em 2013, com o título: Remédios, Seringas e Purgantes, a saúde no cárcere.

internos estavam submetidos, tanto pela violência física, quanto pela precariedade de acesso a direitos básicos.

A falta de recursos, a arbitrariedade e a falta de treinamento adequado dos que trabalham no sistema penal também fazem parte dessa equação perversa, que, de uma maneira ou de outra, faz com que o quadro de desrespeito aos direitos humanos permaneça no sistema penal nacional.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO J. e FERREIRA M. M. Org. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

\_\_\_\_\_. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PRADO, R. M. Org. Ilha Grande: do sambaqui ao turismo. Rio de Janeiro: Garamond e EDUERJ, 2006.

SARDINHA, H. O. Memórias de um médico: Ilha Grande. Rio de Janeiro: Reper Editora, 1969.

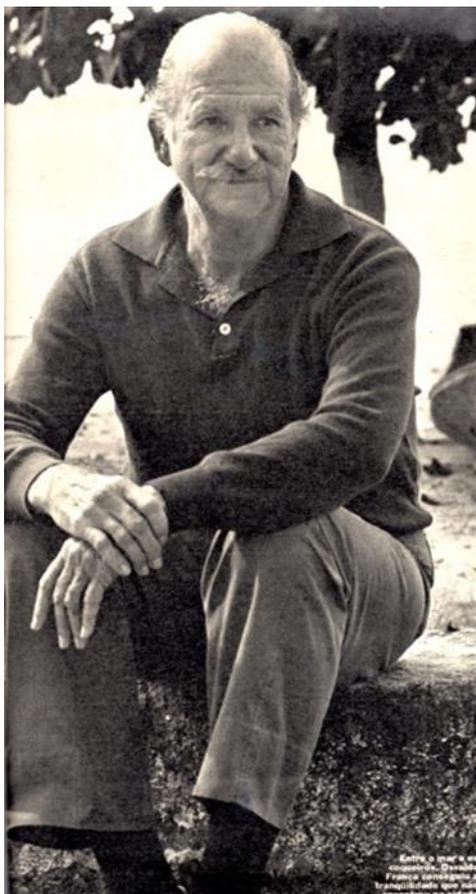
SANTOS, M. S. Os Porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande, 1894-1945. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

## 8. ANEXOS

Diploma cedido por Dona Porcina, mulher que casou com França no fim de sua vida.



Dr. França fotografado na matéria realizada pela revista Fatos e Fotos, em 1976.



Fonte: Revista: Fatos e Fotos - Gente. Brasília, 6/06/1976, n. 772, ano XV.

Oswaldo Riffel França é o segundo da esquerda para a direita, A Noite, 30/03/1943 (p. 1)

